



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CRIMES CIBERNÉTICOS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1555/15	DATA: 01/09/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 15h22min	TÉRMINO: 16h45min	PÁGINAS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Reunião deliberativa para apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Foram alteradas as datas citadas no início da reunião, em atendimento a pedido do Secretário Carlos Alberto.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os crimes cibernéticos.

Informo que se encontra à disposição dos senhores membros as cópias das atas das 6ª e 7ª Reuniões, realizadas em 25 e 27 de agosto de 2015.

Pergunto se há necessidade de leitura das atas.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Peço a dispensa, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Fica dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Jean Wyllys.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação. *(Pausa)*

Os Deputados que concordam com as atas permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunico o recebimento do seguinte ofício, já deferido pela Presidência da Casa:

Ofício nº 577, de 2015, da Liderança do PT, que *“indica o Deputado Odorico Monteiro para ocupar uma vaga de titular na CPI, em substituição à Deputada Ana Perugini”*.

Antes de iniciar a Ordem do Dia, informo aos senhores membros que nesta quinta-feira, dia 3, pela manhã, haverá audiência pública da CPI com a participação do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO; do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia — SINDITELEBRASIL; do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação — ITI; e do Conselho Gestor da Internet — CGI.

Passemos à apreciação dos requerimentos constantes da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - A questão de ordem é embasada no art. 58, § 2º, c/c o art. 36, II, do Regimento Interno. Eu gostaria de saber em quais casos é possível usar a palavra “convocação” e em quais casos é possível usar a palavra “convidados” na CPI.



Faço esta questão de ordem com o seguinte pensamento. Uma pessoa que está indiciada já tem contra si algum tipo de dolo. Essa pessoa já tem, publicamente, algo conhecido — muito mais do que fumaça, pode haver fogo. Então, ela pode ser convocada. Já um cidadão comum que possa ter arranhado a minha imagem através da Internet, mas, se eu não fiz contra ele qualquer tipo de denúncia, e se não há um fato concreto, eu posso convocá-lo também ou apenas convidá-lo?

Faço esta questão de ordem e, se V.Exa. puder acatá-la e responder a ela, não necessariamente agora, eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, nesta Comissão de Inquérito todas as pessoas podem ser convocadas e convidadas. Isso vai depender da votação do Plenário e da melhor forma em que se acredite, ou convocação ou convite. No início dos nossos trabalhos o que se pediu foi que houvesse menos discussões.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Bom senso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - E que se trocasse o termo “convocar” para “convidar”. Mas todas as pessoas podem ser convocadas a estar aqui numa audiência.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Não sei se V.Exa. compreendeu o meu pedido. Foi apenas uma questão de ordem, e eu queria que viesse a resposta regimentalmente. Eu não queria que fosse apenas citada de voz, embora seja sua prerrogativa. Eu quero que seja feito um estudo para mim, porque em todas as reuniões de CPIs sempre existe essa dúvida. A “convocação” é muito pesada. Na convocação já se carimba a pessoa. Como é que se pode carimbar uma pessoa se não há contra ela nenhum tipo de crime?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, só para aproveitar, então, eu posso fazer essa resposta por escrito, colocando todos os detalhes de como esta CPI entende esta questão.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Por favor, eu agradeço, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Está recebida a questão de ordem e a resposta será dada por escrito.



Vou retirar de ofício o item 1 da pauta, o Requerimento nº 22, de 2015, de autoria da Deputada Ana Perugini. Ela já havia solicitado à Secretaria a retirada antes da publicação da pauta.

Está retirado o item 1.

Ha sobre a mesa requerimento de inversão de pauta:

Sr. Presidente, nos termos do art. 50, §1º, combinado com o art. 83, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno, requero a V.Exa. inversão da pauta para deliberar sobre os Requerimentos nº 46, de 2015, e nº 54, de 2015, itens nº 15 e nº 22, logo após a votação da ata.

Deputado Alexandre Leite

Para encaminhar o requerimento de inversão de pauta, o Deputado Alexandre Leite está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sra. Presidente, nós estamos priorizando alguns requerimentos de minha autoria. São requerimentos possivelmente polêmicos, mas, se nós conseguimos superá-los inicialmente, eu acredito que qualquer outro item da pauta seguirá sem maiores transtornos. São referentes à convocação da Danielle Fonteles, da Pepper, e do Jeferson Monteiro e sua respectiva quebra de sigilo bancário.

Os encaminhamentos de mérito eu farei no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu queria fazer uma sugestão, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Por que não votamos os requerimentos já acordados, destacamos aqueles sobre os quais há polêmica, sem precisar necessariamente inverter a pauta? Aprovamos os já acordados e deixamos o debate para aqueles que têm destaque, como estes, por exemplo. Eu acho que, em termos de trabalho, será mais produtivo do que iniciarmos o debate agora e começar a Ordem do Dia, as votações, e não aprovarmos os outros requerimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - O que eu posso sugerir também é, no caso, votarmos todos os outros requerimentos em bloco e retirar estes três requerimentos sobre quebra de sigilo, que são mais polêmicos, e fazer a votação deles em separado, se todos concordarem.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Concordo.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, o Requerimento nº 36, embora haja acordo, eu queria que fosse votado à parte para que pudéssemos esclarecer o que pode ser feito ou não, caso o Deputado Jean Wyllys aceite.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu já concordei que se substitua a palavra “convocar” por “convidar”. Então, não precisamos destacá-lo. Podemos votá-lo em bloco.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Mas não é só esse o pedido, Deputado. Eu havia pedido a V.Exa. que uma das pessoas aí, um grupo, como o Faca na Caveira, fosse convocado — ou convidado, como V.Exa. quiser — para uma reunião separada dos demais.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas isso, Deputado, cabe à Presidenta da Comissão e a quem organiza os trabalhos. Na hora de marcar a audiência, podem marcar separado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Não vamos discutir posicionamentos, senão vamos ficar numa discussão sem fim.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Por isso eu pedi que destacássemos este requerimento e o discutíssemos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Percebemos não haver acordo no Plenário. Vamos fazer, então, a votação do requerimento do Deputado Alexandre Leite. Faremos a votação conforme a ordem dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Eu ia colocar exatamente isso, Sra. Presidente, porque é um direito do Deputado apresentar o requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Se ele não retirar o requerimento, nós vamos ter que votá-lo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Em votação o requerimento de inversão de pauta para votação de requerimento de autoria do Deputado Alexandre Leite.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Com os votos contrários meu, do Deputado Leo de Brito e do Deputado Odorico também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Votos contrários: Deputado Jean Wyllys, Deputado Odorico e Deputado Leo de Brito.

Leio o segundo requerimento:

Sr. Presidente, nos termos do art. 1º, c/c o art. 83, parágrafo único, inciso II, alínea b, do Regimento Interno, requeiro a V.Exa. inversão de pauta para deliberar sobre os Requerimentos nºs 44, de 2015; 45, de 2015 — itens 13, 14, 16 e 23 —; 47, de 2015; e 55, de 2015.

Deputado Alexandre Leite.

Com a palavra o Deputado Alexandre Leite.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - São os mesmos requerimentos, só estavam divididos em dois blocos, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Em votação a inversão de pauta para votação dos requerimentos do Deputado Alexandre Leite.

Os Deputados que concordam com a inversão permaneçam como estão.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sra. Presidente, peço a palavra para questão de ordem em relação a este requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Primeiro, eu acho que desde o início da CPI, Sra. Presidenta, Srs. Deputados, eu chamei a atenção para que não transformássemos a CPI num palco de disputa política e que focássemos no objeto da CPI. Eu entendo que os dois requerimentos do nobre Deputado Alexandre Leite fogem do foco da CPI, do objeto da CPI, inclusive porque a própria questão de quebra de sigilo bancário em CPI não deve ser uma coisa vulgarizada.

O requerimento está fundamentado meramente numa matéria jornalística. Não há em nenhum outro local qualquer objeto de investigação. E já há, inclusive por parte do Supremo Tribunal Federal, consenso em relação à quebra de sigilo. Senão, fica vulgarizado.

Então, eu estou com a questão de ordem aqui. Gostaria de ler o requerimento, para que seja retirado de pauta.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sra. Presidente, estamos no momento da votação. Não cabe agora, no momento do encaminhamento de requerimento de inversão de pauta. Isso seria questão de mérito, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Magalhães) - Deputado, V.Exa. complete...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - A questão de ordem cabe a qualquer hora. Eu queria prosseguir.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - É só aguardar o momento adequado de fazer o debate de mérito.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Não, eu quero fazer a questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Magalhães) - Concedo 1 minuto para V.Exa. concluir a questão de ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Na realidade, Sra. Presidenta, há um consenso, inclusive. O Ministro Joaquim Barbosa, por exemplo, em decisão monocrática, no Supremo, disse que a quebra de sigilo bancário e fiscal com base em matéria jornalística não tem sentido.

O Ministro Celso Mello tem vasta jurisprudência. Ele coloca que *“a quebra de sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônico, por produzir medida de caráter excepcional, revela-se incompatível com o ordenamento constitucional, quando fundada em deliberação emanada de CPI, cujo suporte decisório apoia-se em formulações genéricas”*, que é o caso.

Então, por questão de ordem, eu peço a retirada de pauta dos três requerimentos, que não têm nenhuma fundamentação. Eu acho que o objetivo do nobre Deputado Alexandre Leite é transformar a CPI numa disputa política, tirando a CPI do seu foco, porque eu acho que o foco dela está bem claro, que é a questão do crime cibernético. Não há crime cibernético em relação aos *sites* que são citados aqui. E eu acho que foge totalmente do objeto da CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Magalhães) - Deputado, o que estamos votando agora são os requerimentos de inversão de pauta. Se V.Exa. desejava que fossem retirados esses requerimentos, poderia ter apresentado um



requerimento antes do início da Ordem do Dia. Agora, nós já estamos no encaminhamento desta votação para inversão de pauta dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Posso contraditar? Serão 30 segundos, uma contradita simples.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Magalhães) - Deputado, já estamos em votação. Vamos só concluí-la.

Os Deputados que concordam com a inversão de pauta permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de inversão de pauta do Deputado Alexandre Leite.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Com os votos contrários...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Magalhães) - Registrados os votos contrários dos Deputados Leo de Brito, Jean Wyllys, Odorico Monteiro, Rafael Motta e Alice Portugal.

Em votação o primeiro item da pauta...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sra. Presidenta, é só uma questão de procedimento. Na verdade, foi levantada uma questão de ordem. Então, essa questão de ordem tem que ser respondida.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Eu gostaria que a questão de ordem fosse respondida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Magalhães) - Sem problema, Deputado. Eu respondi e deixei bem claro que, se V.Exa. quisesse fazer essa retirada de pauta, apresentasse requerimento antes do início da Ordem do Dia. Já estávamos na segunda votação, no segundo item de inversão de pauta para votação dos requerimentos. Então, estou respondendo aqui. V.Exa. poderia ter feito essa apresentação, e poderia ter sido retirado de pauta. Agora, vamos começar a votação, da forma como foi aprovada por maioria do Plenário, pela inversão de ordem.

O primeiro item em votação é o de nº 15.

Requerimento nº 46, de 2015, do Sr. Alexandre Leite, que *“requer a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Jeferson Monteiro, criador do perfil ‘Dilma Bolada’.*



Para o encaminhamento, concedo a palavra ao Deputado Alexandre Leite, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade este é um pacote de investigação que se refere mais especificamente ao caso da Pepper Interativa. O PT chega a gastar mais de R\$ 1,2 milhão por ano com essa empresa de publicidade.

Com relação ao Sr. Jeferson Monteiro, ele é o número um na folha de pagamento dessa empresa, recebendo até um “pixuleco” de 20 mil reais, segundo a revista *Época*. Vou citar aqui mais especificamente a matéria a qual menciono.

Com relação também ao encaminhamento dado de que não existe qualquer prova, qualquer indiciamento, a própria revista *Época* diz: “As provas estão em documentos enviados por advogados da agência Interativa ao Superior Tribunal de Justiça”. Portanto, já existe uma investigação referente a este tema.

Então, tanto na questão da quebra de sigilo bancário, quanto na questão das convocações, neste caso, independentemente da interpretação da Comissão ou dos membros dela, ela é cabível, sim. E eu gostaria de fazer um adendo a este requerimento de quebra de sigilo: que ele seja a partir do início do período eleitoral, porque nesse período ficou constatado, através de *e-mails*, também denunciados e constatado pelos internautas, a derrubada da página principal do perfil Dilma Bolada, que ficou fora do ar durante algum período, durante o período da eleição, não sei quantas horas. E houve uma conversa por *e-mail* de que esse rapaz, Jeferson Monteiro, havia pedido uma quantia de mais de 500 mil reais para retornar essa página ao ar durante o período das eleições.

Então, o intuito da quebra de sigilo bancário é desramificar essa milícia virtual, coordenada pela Pepper Interativa. Conseqüentemente, nos requerimentos seguintes, também será convocada a Sra. Danielle Fonteles e quebrados os sigilos dessas pessoas para identificar se realmente houve esses repasses de recursos.

Aqui eu faço até um encaminhamento, Presidente. Não acho crível convocar ou convidar uma pessoa sem antes ter certeza dos fatos. É óbvio que, se um convidado ou um convocado vier aqui e disser que sim, que houve um esquema, e como ele ocorreu, nós vamos pedir a quebra de sigilo para saber como se deu e em quais valores se deram esses fatos.



O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sra. Presidenta...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Eu não concedi aparte.

Se ele disser que não, nós vamos fazer o mesmo para poder averiguar a veracidade dos fatos.

Então, a quebra de sigilo bancário não é uma quebra de sigilo pública. Ela é para os membros desta Comissão e vai permanecer no âmbito dela. Não havendo fatos que comprovem as alegações aqui feitas, não há necessidade também do chamamento dessas pessoas à CPI.

Então, este é o encaminhamento que eu faço, pela aprovação dos requerimentos, Presidente.

Aqui vou poupar o tempo da Comissão. Fiz esse encaminhamento em globo, junto a esse esclarecimento da Pepper, porém irei responder às indagações que os nobres colegas fizerem durante a discussão.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Em discussão.

Vou conceder a palavra a um a favor e a um contra.

(Manifestação do Plenário: Não! Não!)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Em primeiro lugar, Presidenta, quero dizer que nós temos que fazer a discussão no plenário da CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Eu não falei, em momento algum, que eu não iria colocar a discussão. Estou passando até a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Pois bem. Primeiro, quero dizer que, desde o primeiro momento, quando observei a presença destes requerimentos, se tivesse condições de ter chegado antes, teria pedido de fato a retirada de pauta deles, porque me parecem completamente impróprios para o objetivo da CPI.

A CPI trata de crimes cibernéticos. É por isso que, num primeiro momento, quando quis classificar o que era crime cibernético, tinha a intenção de impedir que esse tipo de dúvida, para ser classificada a intenção do requerimento no bojo dos



bem-intencionados, não ocorresse. A ideia é que aqui tragamos crimes. Qual é o crime? Suponhamos que de fato há uma relação partidária, etc. Qual é o crime?

Na semana passada tivemos aqui a presença das principais plataformas da Internet que atuam no Brasil. Fizemos questão de perguntar aos representantes do Google, do Yahoo, do Facebook e do Twitter quais eram as suas opiniões sobre sátiras, personagens, etc. E as opiniões foram que circulavam nas plataformas esse tipo de perfil porque não era crime. Não é crime. Então, tentar se criminalizar a política é tentar fazer daqui um palco para divergência político-partidária, quando na verdade nós temos que tratar de crimes cibernéticos: crimes contra a honra, crimes relacionados com o direito da propriedade intelectual, crimes de assédio sexual, crimes de pedofilia, e assim sucessivamente. É o que tratamos, da natureza da CPI.

Então, quero dizer que, se o introito da CPI for por aí, ela irá tomar um caráter completamente desviado, desvirtuado, impróprio, incapaz de acessar o seu objetivo fundamental, que é o objetivo de identificar criminosos.

Se assim for, teríamos que — em relação ao candidato Aécio, que é o candidato da preferência do autor do requerimento — trazer aqui as empresas de televisão que diariamente assacam contra o perfil da Presidenta Dilma, ou que fizeram campanha aberta, ou que utilizaram nos seus telejornais um tempo enormemente acima do tempo dedicado a outras candidaturas, não só ao da eleita.

Então, efetivamente, se formos tratar dos meios de comunicação e das preferências partidárias, desvirtuaremos completamente a natureza da CPI.

Portanto, eu peço que, de fato, rejeitemos o requerimento, já que não há como retirá-lo.

Mas, em última instância, faço um apelo ao autor do requerimento, em prol do resguardo à magnitude e da importância desta CPI. Nós temos um meio novo, um ambiente novo, em que nós queremos detectar crimes e seus criminosos. Nós queremos proteger a sociedade a partir desta CPI, que trata dos crimes cibernéticos. Se nos perdermos neste meandro, estaremos fazendo um desserviço à sociedade, gastando o tempo e a energia parlamentar aqui nas tardes de CPI.

Portanto, Deputado, eu lhe peço, rogo: retire o requerimento, para que possamos voltar para o efetivo eixo da CPI, porque senão estaremos a desvirtuá-la.



Do contrário, de fato, manifesto minha opinião integralmente, diametralmente oposta e contrária a este tipo de requerimento, em que um personagem já pensou. Então, vamos atrás de quem fez o adesivo da Presidenta Dilma na bomba de gasolina, em posição obstétrica, Deputado. Vamos atrás, então, de todos que postaram fotos e vamos atrás de todos que postaram anúncios e dedos apontados para a honra, não só da Presidenta, como também de todos nós aqui, no dia a dia.

Nós queremos pegar os criminosos cibernéticos, os que roubam as contas bancárias dos aposentados. Nós queremos buscar os que aplicam golpes no mercado, na venda e compra de mercadorias. É isso que nós queremos para proteger a sociedade.

Essa é a natureza da CPI, e me parece que o requerimento é completamente inadequado, impróprio e que devemos rejeitá-lo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Presidente, questão de ordem, art. 149.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Por favor, Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Questão de ordem, art. 149.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Leio o art. 149:

“Art. 149. Cada turno é constituído de discussão e votação, salvo:

I - no caso dos requerimentos mencionados no art. 117, em que não há discussão.”

Só cabe encaminhamento. Portanto, Presidente, pelo art. 149, não cabe discussão, somente encaminhamento. Vamos seguir o Regimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, eu sei que não cabe discussão. Eu falei que daria a palavra a um a favor e a um contra. E é isso o que estou fazendo.

Com a palavra agora, a favor do requerimento, o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Posso concluir a questão de ordem, Presidente?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Achei que V.Exa. já tinha concluído.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Só mais 30 segundos.

Respondendo também, ao mesmo tempo, à questão de ordem referente ao âmbito da Comissão, no ato de criação desta Comissão está redigido o seguinte texto:

“(...) nesta CPI, destinada a investigar a prática de crimes cibernéticos e seus efeitos deletérios perante a economia e a sociedade neste País (...)”.

Ainda mais, no ato, e economia...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Quer dizer que o Deputado já está fazendo a defesa do requerimento, é isso?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Ainda mais, no requerimento do Deputado Sibá Machado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Peço que conclua a questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Se é questão de ordem, nós vamos abrir indistintamente para que todos falem.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - São 5 minutos para questão de ordem, e eu não concluí.

Este é um trecho do requerimento do Deputado Sibá:

“Faz-se necessária a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta neste requerimento, com a possibilidade ainda de ser ampliada.”

Então, não há o que se discutir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada.

Com a palavra o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Sra. Presidente, Srs. Deputados, desde o começo nós temos buscado, no diálogo nesta Comissão, que alguns critérios sejam estabelecidos. Não dá para ter um posicionamento em relação ao requerimento, quando ele nos incomoda, e uma posição diferente, quando o requerimento é conveniente.

Eu, pelo menos — tenho conversado com os Deputados que fazem parte da Comissão —, tenho o entendimento de aprovarmos os requerimentos que foram aqui colocados, porque todos, de uma certa forma, têm a mesma ótica ou a mesma perspectiva.



No requerimento de autoria do Deputado Jean Wyllys, que inclusive concordou em trocar “convocação” para “convite”, está sendo convidado o MDL, que é um movimento político. Ele pode contestar, tem todo o direito de contestar o que diz o MBL, assim como tem o direito um Parlamentar de contestar as informações que são colocadas nas redes pelo Dilma Bolada. Quer dizer, a gente não está aqui fazendo juízo de valor. O MBL, ou qualquer outro movimento, mesmo que tenha um caráter oposicionista ao Governo Federal... e não vai ser por isso que a bancada de oposição, em nenhum momento, vai obstruir que se investigue, que se convide, que se façam os debates. Ou a gente tem um critério...

E eu fiquei só um pouco perplexo quando ouvi a declaração, na argumentação contrária ao requerimento do Deputado Alexandre, de que a CPI não pode investigar esse tipo de caso. Mas eu quero saber se essa posição vai ser a mesma, para convidar aqueles que têm opinião diversa. O Deputado Leo de Brito tem um requerimento aqui na pauta e está convidando o coordenador de campanha na Internet da candidata Dilma. Está aqui sendo convocado. A Oposição não está querendo obstruir, ela vai votar e vai aprovar. Agora, se o entendimento é só aprovar o debate que é conveniente para mim, aí é outro entendimento. Aí realmente é uma guerra político-partidária. Agora, se a gente quer ter o entendimento de que nós podemos convocar aquele que é conveniente e o que é inconveniente também, que nós podemos investigar todos e que esta CPI vai entender que a regra é a mesma para aquilo que é interessante para o Governo e para a Oposição, aí eu acho que a gente está indo por um caminho democrático, de boa convivência.

Eu pediria aos senhores que a gente tivesse aqui o sentimento de aprovar os requerimentos, porque, como eu disse, eles têm requerimentos com ambos os aspectos, com ambas as visões e com conotação governista e oposicionista. Ninguém pode dizer aqui que não está, dentro do seu requerimento, em algum momento, fazendo uma convocação com o viés da defesa de sua bancada, o que é legítimo. É legítimo que o Deputado Jean Wyllys, o Deputado Leo de Brito ou qualquer outro aqui defendam suas posições políticas. A gente está numa Casa política. Então, eu queria só pedir essa ponderação.

Inclusive, reitero que não só vou votar com os requerimentos do Deputado Alexandre Leite, mas também votarei com os requerimentos do Deputado Jean



Wyllys, com os requerimentos do Deputado Leo de Brito e com todos aqueles que forem apresentados, para investigar, para ouvir, para debater, porque a CPI não pode deixar de esclarecer os fatos que ocorrem neste País, sejam eles da Dilma Bolada, sejam eles do Caveira... Como é o nome, Deputado?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Faca na Caveira.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Faca na Caveira. Eu observei aqui que realmente tem temas extremamente polêmicos postados na página do Faca na Caveira.

Então, nós não vamos de forma alguma — de forma alguma — restringir o debate. Vamos discutir, vamos avançar. Tem coisa que a gente vai discordar ou não. Mas eu realmente pediria essa ponderação, para que a gente aprove todos os requerimentos aqui colocados, no intuito de realmente não partidarizar, porque, caso contrário, vai ficar a Oposição votando contra requerimento do Governo e o Governo votando contra requerimento da Oposição. Acho que a gente não vai ganhar com isso.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sra. Presidenta, é a minha vez agora de discutir. Eu havia pedido antes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu vou no mesmo caminho do Deputado Daniel Coelho. Concordo que a gente não deveria partidarizar esta CPI, mas ela foi partidarizada, não necessariamente por iniciativa de pessoas ligadas ao Governo — e eu não sou ligado ao Governo, sou oposição ao Governo Dilma, faço oposição à Esquerda —, mas ela foi partidarizada não por pessoas do Governo. E eu concordo com o Deputado Daniel Coelho.

Nesse sentido, eu só voto a favor desse requerimento do Deputado Alexandre Leite desde que a gente vote — e eu vou apresentar o requerimento — quebrando o sigilo fiscal e o sigilo bancário do MBL e do Revoltados On Line, para saber quem financia esses grupos.

Quando eu apresentei o requerimento em relação a ambos os grupos, eu não o fiz com suposição de crime, mas por causa de crimes contra a honra cometidos por esses grupos, por incitação ao ódio contra minorias praticado por esses grupos,



e não por causa da oposição que fazem ao Governo Dilma, porque eu também faço oposição ao Governo Dilma. Eu me referi a crimes. Por isso, eu os convidei a falar nesta CPI.

Agora, eu concordo com o Deputado Daniel Coelho: não há sustentação para pedir a quebra de sigilo do Dilma Bolada. A jurisprudência do STF é claríssima, e eu posso ler aqui o que o STF diz:

“As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional...”

Ou seja, não foi mostrado nada aqui, de fato. É suposição a partir de matéria de revista. Nesse sentido, nós podemos construir requerimentos, pedindo a quebra de sigilo bancário de outros grupos que promovem a difamação contra figuras públicas, como a Presidenta Dilma.

E acho, por exemplo, que o Deputado Alexandre Leite é muito pouco sensível ao seu correligionário, colega de partido aqui do DF — foi candidato a Deputado Distrital —, que acabou de pôr um vídeo dizendo que vai matar a Presidenta Dilma no 7 de Setembro. Isso, sim, é um crime cibernético!

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Correligionário não; sou Democratas, ele é PSDB.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Desculpe, pensei que V.Exa. fosse PSDB. De qualquer forma, deveria ser sensível. Se a questão é crime, Deputado, deveria ser sensível a esse crime, aí, sim, um crime cibernético.

Eu não gostaria que nós partidariássemos esta Comissão. O País já está por demais partidariado, dividido entre petralhas e coxinhas. É insuportável essa polarização política. Eu não gostaria que isso fosse transferido para cá. Mas, já que o transferiram, eu concordo com o Deputado Daniel Coelho: aprovemos todos, mas desde que também aprovemos a quebra de sigilo bancário do MBL, do Revoltados ON LINE e do Faca na Caveira, para saber quais são os partidos que financiam esses grupelhos. É isso.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidenta, é somente uma questão aqui, primeiro para esclarecer a convocação, o convite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Foi solicitada a palavra pelo Deputado Leo de Brito, pelo fato de ele ter sido citado pelo Deputado Daniel Coelho.

Darei 1 minuto, só para o senhor fazer o esclarecimento.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Primeiro, é o seguinte: não vamos confundir política com política partidária. E aí eu concordo com o Deputado Daniel Coelho: nós não podemos partidarizar.

Na minha opinião, esses requerimentos são claros, claríssimos, e visam a partidarizar a CPI. E aí eu tenho, na verdade, clamado à nossa Presidenta, ao Relator, já conversamos, conversei com o próprio Deputado Daniel Coelho: nós não podemos tomar esse caminho, porque qual vai ser o critério? As guerrilhas digitais do PSDB, do Democratas, dos partidos políticos... nós vamos trazer todo mundo para cá, para ser investigado? É esse o caminho? Então, eu acredito, primeiro, Presidenta, repetindo agora aqui nos microfones, que nós precisamos ter um acordo de procedimento, para ter critérios. Este é um ponto.

Sobre o Marcelo Branco, ele está sendo convocado não como coordenador da campanha digital da Dilma. Ele está sendo convocado como uma pessoa que tem uma vasta experiência inclusive internacional, nessa área de Internet, e que pode trazer uma contribuição, inclusive do ponto de vista dos movimentos sociais, para o debate que nós estamos fazendo aqui.

Agora, com uma coisa nós temos que ter cuidado, porque, assim como a Deputada Mariana, o Deputado Marco, eu faço parte da CPI da PETROBRAS, e vários requerimentos de quebra de sigilo foram derrubados no Supremo. Nós visitamos o Ministro Celso de Mello, e requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal, telemático, telefônico, é exceção, não é regra. O Deputado falou aqui: *“Vamos quebrar o sigilo. Se não for encontrado nada, a gente não convoca”*. O movimento é ao contrário. Então, vamos tomar esses cuidados, porque a família do Youssef foi convocada pela CPI da PETROBRAS, e caiu no Supremo Tribunal Federal.



A gente não pode transformar os instrumentos da CPI em instrumentos de perseguição política. E, para mim, a convocação da Dilma Bolada não tem a ver com crime cibernético, tem a ver com uma palavra simples: censura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Há um requerimento sobre a mesa que requer a votação pelo processo nominal dos itens 15 e 22: “*Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., com base no art. 117, inciso XII, em conjunto com o art. 186 do Regimento Interno, a votação pelo processo nominal dos itens 15 e 22*”.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sra. Presidente, eu ainda continuo insistindo e queria apelar ao Deputado Alexandre Leite para que retirasse esses requerimentos, porque eu acho que ele está fazendo um desserviço a esta CPI, quando está querendo partidizar a CPI, trazendo para a CPI algo que é mera disputa político-eleitoral e não objeto da CPI. Ele está desconfigurando a CPI, querendo transformá-la num palco político, trazendo algo que não tem objeto, de que não há investigação. E, como o Deputado Leo de Brito já falou, há uma vasta jurisprudência do STF sobre a questão relacionada à investigação de CPI e quebra de sigilo bancário.

E, se por acaso ele não retirar, que a votação seja nominal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Algum Deputado gostaria de encaminhar contra o pedido de requerimento do Deputado Odorico?

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Eu.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Celso Jacob.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Na realidade, Sra. Presidente, demais Deputados, eu quero encaminhar contra qualquer tipo de quebra de sigilo bancário, fiscal, até que se tenha uma prova. Eu aqui não tenho conhecimento se devo quebrar ou não o sigilo. Eu acho que a gente tem que fazer outro encaminhamento para esse tipo de coisa. Convidar as pessoas para virem aqui prestar esclarecimentos... eu acho que devemos aprovar todos. Após o convite, se ficar alguma coisa, alguma evidência clara de que ele realmente cometeu algum tipo de deslize, algum crime, aí pode-se até avançar na discussão, porque eu não posso ser



surpreendido aqui, a cada reunião da Comissão, com quebra de sigilo bancário. Isso vai virar uma guerra de quebra de sigilo bancário. E tem que ter um objetivo. Não se pode quebrar assim.

O que o Supremo falou, que o Jean Wyllys estava lendo aqui, é uma coisa bem... Eu sou contra qualquer quebra de sigilo bancário, até que se tenha uma prova, até que se tenha uma coisa concreta, contra aquele tipo de entidade ou pessoa, senão nós vamos ficar aqui numa guerra de quebra de sigilo bancário.

Este é o bom senso que vou pedir a todos: que não votemos nenhuma quebra de sigilo bancário, até que tenhamos uma reunião interna da Comissão com os Líderes, para ter uma reunião de procedimento. Senão, nós vamos iniciar aqui uma guerra de quebra de sigilo bancário. Chamo a atenção dos pares para isso.

Mas, votar para convocar as pessoas, para convidar as pessoas, acho que a gente pode convidar todo mundo. Agora, quebrar sigilo, eu não sou contra nem a favor, não. Eu só preciso ter conhecimento de por que estou quebrando o sigilo bancário dessa pessoa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, já estamos em votação do requerimento do Deputado...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Só um instante, Deputado, só para poder concluir aqui a resposta.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - A questão de ordem é justamente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Só vou terminar de responder aqui ao Deputado Celso Jacob.

A gente já está votando o requerimento sobre votação nominal, solicitado pelo Deputado Odorico Monteiro. Então, a gente já passou, já fez inversão de pauta, e estamos nessa votação. Só para poder esclarecer a todos.

Com a palavra o Deputado Alexandre Leite.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - É justamente sobre isso que eu quero falar, Presidente. Quando eu fiz a questão de ordem anterior, foi justamente para evitar que isso acontecesse. Quando V.Exa. disse que nós não iríamos fazer a



discussão, nesse exato momento nós já entramos no processo de votação. O requerimento de votação nominal não pode ser apresentado depois de iniciado o processo de votação. Nós fizemos aqui uma exceção por acordo. Agora, acatar esse requerimento de processo de votação nominal já iniciada a votação, acredito eu que não seja cabível ou intempestivo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, a votação nominal pode ser solicitada tanto verbalmente pelo Deputado como também através de requerimento no momento da votação do requerimento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - No momento da votação do requerimento... Mas nós já estávamos no processo de votação.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Ainda não havia sido chamada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Não, não, não chegamos ainda a isso, Deputado, ainda estamos discutindo.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O Deputado Alexandre quer dirigir a CPI.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Presidente, a questão de ordem que eu fiz é porque não cabia discussão. Quando não cabe discussão, passa-se ao processo de votação. V.Exa. disse que não iria conceder, só iria conceder encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Não, em caso de retirada de requerimento, aí sim, tem que ser antes da Ordem do Dia. No caso da votação nominal, pode, até no momento mesmo da votação, ser pedida por qualquer Deputado. E é dessa forma.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sim, nominal, tudo bem. Eu estou questionando só a tempestividade da apresentação do requerimento, mas, se é a decisão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Estamos na votação do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Presidenta, antes do início do processo, eu queria somente fazer um apelo.



Foi feito aqui pelo Deputado um apelo importante em relação a procedimento. Estamos aqui com os pedidos de convites, e um dos requerimentos é sobre quebra de sigilo. E ele muito bem colocou...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputada, há mais de um pedido que quebra sigilo. São mais.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Que quebram sigilo, pois é. Não seria o caso de não colocarmos em apreciação essas quebras de sigilo, não do ponto de vista regimental?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Um minutinho, eu peço ao Secretário que me deixe terminar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Ele não... em momento algum. Estou presidindo aqui e, se eu tirasse... Ele não tirou. Eu estou prestando atenção ao que a senhora está falando.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Se ele tira a atenção, não me dá o acesso, Presidenta.

Então, é fundamental que nós possamos ser balizados pelo bom senso. O Regimento é claro. No entanto, não é só uma questão regimental, é uma questão de onde vai dar a nossa atitude.

Então, eu peço a V.Exa. que analise essa possibilidade. V.Exa. tem poder regimental para hoje separar os requerimentos de convite dos requerimentos de quebra de sigilo, para uma posterior análise interna na Comissão, para não incorrerem em erros de procedimento. Então, é um apelo.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Os de sigilo... Os de convite a gente aprova.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Os de sigilo, aprova por acordo.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Aprova por acordo.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Por acordo. Agora, os de quebra de sigilo, poderíamos fazer uma preliminar, para não incorrerem nesses erros que estamos asseverando. Peço a sua atenção nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputada, só para deixar aqui bem claro: antes da chegada de V.Exa., votamos até inversão de pauta,



e houve essa votação. Agora já estamos na discussão do requerimento. Então, eu até coloquei que se pudesse colocar...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - A observação regimental nós estamos vendo. Nós estamos fazendo é um apelo político, para que possamos dar o melhor encaminhamento possível à CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - E há até o pedido do próprio Deputado Odorico Monteiro, para que a votação seja nominal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Até porque não é um cartório a CPI, é um instrumento político também para ser trabalhado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - E é isso que estamos votando agora.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas, se houver um entendimento político, Presidenta, e V.Exa., dentro das suas prerrogativas, separar essas matérias para posterior análise, votarmos os convites e as convocações, é prerrogativa, e creio que o Deputado Odorico Monteiro retire a votação nominal.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Presidenta, se não há acordo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Mas, Deputado Jean, poderia ter sido apresentado por qualquer Deputado o pedido de retirada. E é isso que estamos votando agora, até a questão de a votação ser nominal. E isso teria que ser apresentado antes do início da Ordem do Dia e não no meio da discussão do requerimento.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Presidenta, se não tem acordo, vamos votar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Vamos colocar em votação, e, se a maioria não quiser, vote contra.

E agora vamos à votação do requerimento do Deputado Odorico Monteiro em relação à votação pelo processo nominal dos itens 15 e 22.

Os Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO RAFAEL MOTTA - Deputada Mariana Carvalho, peço a palavra apenas para um esclarecimento.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Rafael Motta.

O SR. DEPUTADO RAFAEL MOTTA - Primeiro, parabéns a V.Exa. pela condução dos trabalhos, visto que existe aí um aspecto político e, ao mesmo tempo, técnico. Mas eu queria fazer apenas um questionamento: não existe nenhum tipo de prejuízo ao trabalho desta Comissão, desta CPI, visto que a 2ª Vice-Presidência foi abdicada pelo Deputado Pr. Marco Feliciano? Existe algum tipo de óbice a que esta CPI continue, sem a articulação da nossa 2ª Vice-Presidência? É só um questionamento, um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado Rafael, eu já conversei até com o próprio Deputado Pr. Marco Feliciano, e estamos aguardando o nome que será indicado para essa 2ª Vice-Presidência do partido. Então, eu já tive essa conversa até em relação...

O SR. DEPUTADO RAFAEL MOTTA - E não existe nenhum prejuízo, digo, de forma até regimental mesmo, legal, para a continuidade desta CPI? Não existe?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Nenhum, Deputado.

O SR. DEPUTADO RAFAEL MOTTA - O.k.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Solicito aos Srs. Deputados e Deputadas que tomem assento em seus lugares, tendo em vista que vamos iniciar o processo de votação pelo sistema eletrônico.

A votação pelo processo nominal refere-se ao Requerimento nº 46, de 2015, do Sr. Alexandre Leite, que *“requer a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Jeferson Monteiro, criador do perfil ‘Dilma Bolada’”*, apresentado pelo Deputado Alexandre Leite.

Já está sendo liberado o sistema de votação para todos os Deputados poderem votar.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Peço uma orientação, Sra. Presidente: “sim” quebra o sigilo e “não” não quebra?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Exatamente. *(Pausa.)*

Já está aberto o sistema de votação.

Os Líderes que quiserem podem encaminhar durante a votação.

(Processo de votação.)



O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sra. Presidente, podemos encerrar a votação?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Ainda há Deputados que não votaram.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Acho que todos aqui votaram já.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Calma, Presidente, calma!

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Os que estão aqui já votaram, até porque a gente tem pauta ainda pela frente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Todos os presentes votaram.
(Pausa.)

A reunião foi suspensa?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Não, Deputada, eu estou aguardando todos os Deputados votarem.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - É porque eu não estou vendo V.Exa... (Riso.)

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Vamos à apuração, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Olhem os nomes em branco ali. Tem bastante Deputado para votar ainda.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Nós temos uma pauta pela frente.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Aqui é uma Comissão. Nós não vamos poder ficar esperando. Já, já tem...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - A tradição de CPI não é esperar voto chamado pelo telefone, não, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Não, não é chamada por telefone, não. O próprio Deputado...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Então, vamos encerrar a votação, Presidenta. Eu apelo a V.Exa. Eu apelo a V.Exa. V.Exa. não tem condescendência regimental.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - V.Exa. não tem condescendência regimental; tem que cumprir o Regimento.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Eu vou concordar com o Deputado Jean Wyllys, nós temos uma pauta pela frente. Então, eu vou retirar a proposição, como autor.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Isso. Já fez a conta. Vamos lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Retirada a proposição. O autor pode fazer a retirada durante a votação.

Aproveitando que o próximo item, o item 22 é proposição...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Quero parabenizar o Deputado Alexandre Leite pela sensatez.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Eu gostaria de saber, Deputado Alexandre Leite, se o senhor gostaria de retirar também o item 22...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Eu gostaria de parabenizar o Deputado Alexandre Leite pela sensatez.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - ... que também é de sua autoria, e também houve um pedido do Deputado Odorico Monteiro para a votação nominal.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ótimo, melhor assim.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sra. Presidente, este requerimento aqui é um pouco mais gravoso, porque este aqui é o cerne... Inclusive achei que seria melhor votar primeiro este requerimento e não o do Jeferson. Este é o cerne da investigação, que está no STJ. Já existem provas comprovadas, já existem indiciados. Então, nós queremos aqui também fazer parte dessa investigação e poder, através dela, quem sabe, desramificar aqui, nesta Comissão, os crimes praticados na Internet de difamação de imagem, e com pagamentos vultosos, anuais e mensais, a esses blogueiros.

Então, a quebra de sigilo dessa empresa é muito importante, para que nós possamos desramificar essa quadrilha aqui na Comissão. Então, é um caso muito mais gravoso do que o do Jeferson Monteiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - V.Exa. também vai retirar o item 22?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Eu posso fazer um acordo, então. Vamos fazer um acordo: eu retiro este requerimento...



(Não identificado) - E reapresenta depois.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - ... e nós aprovamos as duas convocações, por acordo.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Sra. Presidenta, eu queria até fazer a sugestão...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sra. Presidenta, eu gostaria de interferir em relação ao acordo.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Eu queria até fazer a sugestão de que nós aprovássemos a pauta inteira, com a retirada desses dois, que são polêmicos...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mudando para convite. Mudando para convite.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Convite. Inclusive, Sra. Presidenta, eu gostaria que os meus requerimentos, que são os de nºs 8, 9 e 10, onde tem “convocação” também fosse “convite”.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Havendo essas alterações nos itens 8, 9 e 10?

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sim, 8, 9 e 10, de “convocação” para “convite”. Está certo?

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sra. Presidenta, eu pedi a palavra antes do seu veredito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Alterados todos para convite.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu gostaria de sugerir aos membros da CPI, em relação à aprovação dos convites, como há outros convites a fazer, e em relação a essas questões de opinião, que nós fizéssemos uma reunião interna da CPI para um acordo de procedimento, porque nós temos convites a fazer



a especialistas, convites a fazer à FEBRABAN, convites a realizar em relação a uma série de áreas.

Para essa área específica da opinião, que já tensionou o debate aqui neste primeiro momento, nós poderíamos nos reunir, fazer a lista de quais são as estruturas e as pessoas que iremos convidar, para apresentarmos em bloco na próxima reunião. É melhor do que fazer o convite a uma parte hoje, e o convite, a ser transformado em convocação, a outra parte depois. Então, é apenas uma sugestão, para que possamos seguir um rito de bom senso. Aprovaríamos os outros convites e, nesse caso, faríamos uma reunião de procedimento para analisar os convidados no tocante à opinião, para que esta CPI não tangencie o burlesco de tratar de censura e nem a quebra de decisão que o Supremo Tribunal Federal nos oferece, colocando-nos no ridículo jurídico.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Só para complementar a sugestão da Deputada Alice Portugal, inclusive algumas questões são muito pertinentes, Deputado Daniel Coelho. Por exemplo, tem alguns convites e convocações que, nas audiências públicas, podem se juntar, inclusive de opiniões divergentes.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Senão vão ficar toda a vida essas convocações.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu acho que vai ser muito interessante, para o bom resultado desta CPI. E aí a gente dá esse reforço à nossa Presidenta, que é a responsável pela pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Depois desse acordo de votação e retirada desses itens mais polêmicos, vamos fazer agora a votação em bloco, como acordado por todos os Deputados.

Eu só gostaria de fazer a modificação dos Requerimentos nºs 5, 8, 9 e 10. Vou fazer a leitura dos requerimentos, para a gente fazer a votação deles em bloco.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Só um esclarecimento, Presidenta. Tem um requerimento que apresentei extrapauta e que está com as assinaturas regimentais. Ele vai ser votado também em bloco, ou regimentalmente precisa ser depois?



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Podemos fazer um acordo para colocar em pauta.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Pode ser em bloco também?

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É melhor em seguida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - A gente faz primeiro esse do requerimento, e, como esse está fora de pauta, logo em seguida a gente aproveita e já faz a votação desse extrapauta.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - O.k.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Esse é o da Maju, né?

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - É o da Maju. Eu só pediria aos Deputados que, depois da votação em bloco, a gente pudesse permanecer para aprovar o requerimento do convite à Maju, que sofreu ato de racismo. Então, eu acho que é pertinente à Comissão e eu pediria a compreensão.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Sr. Presidente, é só sobre esse assunto mesmo, porque eu também já fiz contato com o pessoal da *Rede Globo* também convidando. Eu só não coloquei em pauta aqui, porque eu estava primeiro confirmando se ela viria. Eu falei com os Diretores da *Rede Globo*.

Então, subscreve tudo junto. Está tudo certo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Item 2. Requerimento nº 33, de 2015, do Sr. Leo de Brito que *“requer que sejam convidados os senhores Paulo Rená e Cristiana Gonzalez”*.

Requerimento nº 34, de 2015, do Sr. Leo de Brito, que *“requer que sejam convidados os senhores Pedro Rezende, Pedro Markun e Pablo Ximenes”*.

Item 4. Requerimento nº 35, de 2015, do Sr. Leo de Brito, que *“requer que sejam convidados os Senhores Marcelo Branco e Pablo Cerdeira, para prestar informações nesta CPI”*.

Item 5. Requerimento nº 36, de 2015, do Sr. Deputado Jean Wyllys, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme solicitado pelo Deputado, convide representantes dos movimentos MBL e Revoltados ON LINE; a senhora Beatriz Kicis de Sordi e o responsável pelo perfil Faca na Caveira para prestarem depoimento”*, com as devidas alterações solicitadas pelo Deputado Jean Wyllys.



O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, eu queria saber quais são as alterações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Ele pediu para tirar a palavra “convoque” e trocar por “convide”.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Presidente, eu quero agradecer a sensibilidade do Deputado por ter feito isso, mas não foi só esse pedido que eu fiz a ele. O pedido que eu fiz a ele, Sra. Presidente, é para que houvesse a sensibilidade também de não trazer, no mesmo dia ou no mesmo requerimento, grupos que são completamente diferentes. Revoltados On Line, MBL e a Sra. Beatriz Kicis, que é uma promotora aqui da cidade, do Distrito Federal, são opositores ao Governo. Já o Faca na Caveira é um perfil violento, é um perfil que mostra bandidos colocando arma na cabeça das pessoas. Então, eu acho que não convém colocar esses grupos no mesmo dia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, aqui no requerimento, apenas aprovamos o convite a essas pessoas. Depois, colocaremos as datas da vinda dessas pessoas e o procedimento a ser feito quando elas estiverem aqui.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Mas, mesmo assim, o pedido que eu faço a V.Exa. é que faça essa alteração, que destaque o Faca na Caveira, que não o coloque nesse grupo, que o Deputado Jean Wyllys, assim como tem feito aqui vários apelos, apresente um novo requerimento só com esse pessoal do Faca na Caveira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, mas não precisa, porque aqui estamos aprovando apenas o convite. Depois, quanto ao dia que essas pessoas estarão aqui, somos nós que estabelecemos os dias, as datas e os horários que elas aqui estarão.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, eu insisto no meu pedido. Eu não gostaria. Foi um pedido deles. Eu poderia...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputado Pr. Marco Feliciano, eu vi o seu pedido, mas eu concordo com a Presidenta: é uma questão de procedimento. Estamos aprovando apenas o convite. A separação das audiências virá depois.



O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, eu faço um apelo a V.Exa., senão eu vou ter que usar aqui todo tipo de recursos regimentais para derrubar a sessão. É um apelo que eu faço. Estou fazendo um apelo ao Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Pela ordem, Sra. Presidente. Eu tenho uma sugestão, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Nós fizemos aqui um acordo com a maioria dos Deputados para votar em bloco. O pedido que tinha sido solicitado era apenas para o Deputado substituir a palavra “convoque” pela palavra “convide”.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Não, senhora. Não, não. Eu havia falado inclusive com V.Exa., havia falado com o Deputado. Ele sabia disso.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sra. Presidente, uma sugestão.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Eu até pedi o apoio dos meus amigos que estão aqui para essa questão. Eu não gostaria que o nome desse pessoal do Faca na Caveira estivesse atrelado aos demais movimentos. Os movimentos MBL e Revoltados On Line são de pessoas que publicamente convocam as pessoas para as ruas, para as manifestações democráticas. Faca na Caveira é um perfil violento, com arma na cabeça das pessoas.

Eu concordo com o Deputado. Podem ser convidados, mas, separadamente.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Pronto, Sra. Presidenta. Eu separo verbalmente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Na verdade, esse é o único que tem crime a se analisar.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É. Eu separo verbalmente. Não vamos realizar duas audiências públicas separadas entre os representantes do Faca na Caveira e os representantes do MBL e Revoltados ON LINE. Pronto.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - A sugestão que eu ia dar é a de que, quando soltassem o nosso edital e a nossa ata, fosse colocado separado, porque a intenção do Deputado Marco Feliciano é exatamente desassociar — não é isso, Deputado? —, porque são grupos diferentes.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Mas é por causa disso que eu deixei bem claro. E agora com o pedido também verbal do Deputado, já foi...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Por isso, Sra. Presidenta a minha sugestão é que a reunião interna... Por isso, Presidenta, a reunião interna se faz mister, para que possamos organizar essas questões.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Vamos votar. Foi acatado pelo autor, vamos votar.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, eu ainda não aceitei isso. Ao ser aprovado o requerimento, vai ficar associado, vai ficar dentro dos trâmites da Casa, vai apresentar na questão dentro da CPI. Eu não gostaria...

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Ele separou verbalmente aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Mesmo assim. Eu gostaria que ele destacasse o Faca na Caveira e apresentasse um novo requerimento, convidando-os ou convocando-os, como V.Exa. queira.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sra. Presidente, vamos seguir a ordem. Fui o primeiro a pedir aqui e sou o último a falar.

Sra. Presidente, eu gostaria só trazer à Comissão a preocupação que eu compreendi do Deputado Marco Feliciano. Por mais que regimentalmente todos aqui estejam corretos e que nós estejamos nos esforçando para construir uma saída regimental, a preocupação do Deputado Marco Feliciano é que, no mesmo sentido, a imprensa vai se esforçar para fazer essa ligação de imagem ao publicar uma possível matéria referente à aprovação desses convites.

Eu gostaria de sugerir que nós aprovássemos, como primeiro item da pauta, o convite a esse Faca na Caveira, com acordo na próxima reunião, sem prejuízo. Acho que não haverá prejuízo nenhum. Se for marcada em sessão separada, não haverá prejuízo em deixar essa...

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Se ele separou verbalmente, ele pode retirar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Não, ele só retira o nome e, na próxima sessão, coloca como primeiro item, e nós aprovamos. E se quiser, ainda, Sra. Presidente...



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, não. O acordo é: nós aprovamos nesta sessão o convite do Revoltados On Line e MBL. E eu posso apresentar a Faca na Caveira para a semana que vem.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Pode ser.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas hoje aprovamos MBL e Revoltados On Line.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Então, está retirado do requerimento o convite também do Faca na Caveira, para se apresentar na semana que vem.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Apenas o do Faca na Caveira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Exatamente. Apenas retirando o Faca na Caveira. Destacou o perfil Faca na Caveira para prestar depoimento, e estamos apenas votando no Item 5, Requerimento nº 36/2015, apenas os representantes dos movimentos MBL, Revoltados On Line, e a Sra. Beatriz Kicis de Sordi. E está retirado, a pedido Deputado Jean Wyllys, o perfil Faca na Caveira, e modificado também de “convocado” para “convidado”.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas fica o compromisso que reapresentarei na próxima sessão, primeiro item, a convocação do Faca na Caveira.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, apenas gostaria de agradecer a sensibilidade do Deputado Jean Wyllys, até porque ele sabe muito bem o que foi feito aqui.

A Sra. Beatriz Kicis me ligou agora há pouco. Não existe um grupo mais interessado em participar desta CPI do que o Movimento Brasil Livre, do que o Revoltados On Line e do que a Sra. Beatriz Kicis. Eles estão ávidos por vir aqui. E eu acho que não só eles. Todos nós queremos ouvi-los.

Agradeço ao Deputado Jean Wyllys por haver feito essa modificação, retirando a palavra “convocado”. Fiz esse apelo ao Deputado, porque, no item 36, que também é dele, há outro grupo, só que esse outro grupo, em vez de ser contra o Governo, é a favor, e ele não os convocou, ele apenas os convidou. Então, quero agradecer a V.Exa. por ter ouvido nosso pedido, por ter retirado o Faca na Caveira



desse quesito. Na primeira sessão que houver, vai ser o primeiro item da pauta, segundo a Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não precisava agradecer, Deputado Feliciano, não, porque eu convoquei...

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Mas é de praxe nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Tudo bem, eu acato o seu agradecimento. Mas eu fiz um requerimento convidando MBL e Revoltados On Line, porque são grupos que, apesar de oposição ao Governo, incorrem em vários crimes cibernéticos de difamação e de distribuição de calúnia nas redes sociais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Vou dar sequência à leitura dos requerimentos que serão votados.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, como eu fui citado, vou terminar. Esses grupos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, senão não vamos sair mais. Vai ficar um sendo citado e o outro sendo citado...

(Não identificado) - Continua, Sra. Presidente. Vamos embora!

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sra. Presidente, dos grupos citados aqui, não há nenhum crime contra eles registrado em praça pública. Não há nenhum juiz que tenha alguma coisa contra eles. Então, o que o Deputado está afirmando aqui é de maneira leviana. Eles estão sendo convidados aqui para serem ouvidos. São grupos que democraticamente representam o País, convocando as pessoas para as ruas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Eu vou dar aqui... Vou retomar e vamos ao Requerimento nº 37, item 6...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Leviano é quem não vê crime nesses grupelhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Item nº 6. Requerimento nº 37, de 2015, do Sr. Jean Wyllys, que "*requer sejam convidados o representante do Humaniza Redes — Pacto Nacional de Enfrentamento às*



Violações de Direitos Humanos na Internet e o Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, representante da ONG SaferNet para prestarem informações a esta CPI”.

Requerimento nº 38, de 2015, do Sr. João Arruda, que *“requer seja realizada reunião de Audiência Pública para debater as ações de instituições envolvidas no combate ao crime cibernético: Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército — CCOMGEX; Instituto Nacional de Criminalística e ABC — Associação Brasileira de Criminalística”.*

Requerimento nº 39, de 2015, do Sr. Odorico Monteiro, que *“requer a convocação do Sr. Gabriel Sampaio, representante da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, para colaborar com o bom andamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Convite, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Requerimento nº 40...

Solicitada também a substituição da palavra “convocação” pela palavra “convite”.

Requerimento nº 40, de 2015, do Sr. Odorico Monteiro, que *“requer a convocação”* — também solicitando substituir a palavra “convocação” pela palavra “convite” — *“do Sr. Ricardo Berzoini, Ministro de Estado das Comunicações, para colaborar com o bom andamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

Requerimento nº 41, de 2015, do Sr. Odorico Monteiro, que *“requer a convocação”* — também solicitada pelo Deputado a substituição da palavra “convocação” pela palavra “convite” — *“do Sr. Paulo Rená, Diretor do Instituto Beta para Internet e Democracia e Mestre em Direito pela UnB, para colaborar com o bom andamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

Requerimento nº 42, de 2015, do Sr. Odorico Monteiro, que *“requer a convocação”* — também solicitando a substituição da palavra “convocação” pela palavra “convite” — *“do Sr. Luiz Moncau, representante do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, para colaborar com o bom andamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito”.*

Requerimento nº 43, de 2015, do Sr. Juscelino Filho, que *“requer a realização de audiência pública para discutir a privacidade, intimidade, inviolabilidade, exclusividade, propriedade individual e particular dos dados pessoais e sobre o*



direito de esquecimento, com os senhores: Carol Conway, Diretora do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet — ABRANET; Virgílio Augusto Fernandes Almeida, representante titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Comitê Gestor da Internet — CGI; Luiz Claudio Silva Allemand, Presidente da Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação e da Comissão Especial de Transparência e Acesso à Informação da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e Aurélio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal”.

Requerimento nº 44, de 2015, do Sr. Alexandre Leite, que *“solicita convocar o Senhor Jeferson Monteiro, criador do perfil ‘Dilma Bolada’”.*

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Todos os requerimentos de autoria do Deputado Alexandre Leite são convites.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Solicitado também pelo Deputado que modifique a palavra “convocado” para “convidado” no item 13.

Requerimento nº 45/2015, do Sr. Alexandre Leite, que *“solicita convidar a Senhora Danielle Fonteles, proprietária da agência Pepper Interativa”.*

Também solicitada a substituição da palavra “convocar” por “convidar”.

O item 15 já discutimos.

Item 16. Requerimento nº 47, de 2015, do Sr. Alexandre Leite, que *“solicita convocar”* — também solicitada pelo Deputado Alexandre Leite a substituição da palavra “convocar” por “convidar” — *“o Senhor Sérgio Diniz, proprietário da Sarkis Comunicação”.*

Item 17. Requerimento nº 49/2015, do Sr. Subtenente Gonzaga, que *“requer a realização de convite para prestar informações sobre as manipulações ocorridas na enquete sobre o Estatuto da Família no site da Câmara dos Deputados”.*

Item 18. Requerimento nº 50/2015, do Sr. Fábio Sousa, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite à senhora Angélica Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção do Direito da Criança e Adolescente, para apresentar a esta CPI dados sobre denúncias recebidas pelo Disque 100, relacionadas à violência sexual, contra a criança e o adolescente no ambiente virtual”.*



O SR. DEPUTADO RAFAEL MOTTA - Sr. Presidente, em relação aos itens 20 e 21, solicito também mudar a palavra para “convite”.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Requerimento nº 51, de 2015, do Sr. Rafael Motta, que *“requer que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Crimes Cibernéticos convide o senador Magno Malta para colaborar com a sub-relatoria sobre os crimes praticados contra a criança e o adolescente no ambiente virtual”*.

Requerimento nº 52, de 2015, do Sr. Rafael Motta, que *“requer que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Crimes Cibernéticos convoque”* — também substituída a palavra “convoque” para “convide” — *“servidores públicos da Polícia Federal e da Justiça Federal, para colaborarem com a sub-relatoria sobre os crimes praticados contra a criança e o adolescente no ambiente virtual”*.

Item 21. Requerimento nº 53, de 2015, do Sr. Rafael Motta, que *“requer que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Crimes Cibernéticos convoque”* — também por solicitação do Deputado Rafael Motta substituída a palavra “convoque” para “convide” — *“representantes do UNICEF, da UNESCO e da Childhood Brasil, para colaborarem com a sub-relatoria sobre os crimes praticados contra a criança e o adolescente no ambiente virtual”*.

Item 22. Requerimento nº 54, de 15, também retirado pelo autor.

Item 23 da pauta. Requerimento nº 55, de /2015, do Sr. Alexandre Leite, *“que solicita convocar”* — também conforme solicitação do autor substituída a palavra “convocar” por “convidar” — *“a Senhora Márcia Godoy, professora universitária e ex-funcionária da Sarkis Comunicação, para prestar depoimento nesta CPI na condição de testemunha”*.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado Alexandre Leite, quanto ao item 23, referente ao Requerimento nº 55/2015, de sua autoria, V.Exa. estava convocando a Sra. Márcia Godoy, para ela prestar depoimento à CPI na condição de testemunha, conforme o final do requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Isso tem que ser retirado. Além de transformar em convite, tem que ser retirado.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - A questão... Nós não precisamos chamar no mesmo dia, Sra. Presidente. Não há necessidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Mas V.Exa. fez uma alteração, substituindo “convocar” por “convidar”. E ficará um “convite” a uma pessoa na condição de “testemunha”?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Convite como testemunha. Qual o problema? Não dá?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Então convoque-a como testemunha, só para prestar informações. O caso já foi à Justiça. Um é o dono da empresa e ela é delatora. Ela já é delatora na Justiça.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Nós fizemos um acordo aqui de procedimentos, para convidar a todos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Pode convocar também. Nesse caso, eu acho que não há muita surpresa, não! É mais para nós conhecermos os fatos denunciados por ela e, posteriormente, pedirmos as explicações para o dono da empresa, que é o Sérgio Diniz. O fato veio a público durante a campanha eleitoral também. É um caso notoriamente conhecido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - O senhor gostaria de manter a palavra “convocada”?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Eu acho que, se não houver problema, nesse caso, eu acho que é uma, é uma...

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Votamos separado...

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - A gente fez um acordo de procedimentos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Não tem problema.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Retira, retira.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Não! Se puder pôr convite, eu não vejo problema.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Na minha opinião...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Eu não sei se a Mesa vai acatar. Se a Mesa acatar, por mim, pode ser também...



O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sra. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Joga para a próxima reunião, até porque o Faca na Caveira deve ter convocação também...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Pode ser convite, qual é o problema?

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sra. Presidente, voltemos aos 21 itens que foram de acordo e deixemos esses para outra votação, ainda nesta sessão. Ainda nesta reunião, ainda nesta reunião.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Mas Presidente, eu só quero entender. Existe algum impasse regimental?

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Está no acordo, está no acordo o convite.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Existe algum impasse regimental em ser convite?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Mariana Carvalho) - Não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Então, coloca...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Não, nós fizemos alteração em todos. Se o senhor concorda que seja feita, então...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Não. Eu já fiz alteração em todos.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Mas como testemunha não tem problema regimental?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sim. Se não houver problema regimental, mantenha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - A partir do momento em que o senhor está mudando a palavra "convocada", ela não vem mais como testemunha, e sim como convidada. Só para fazer as alterações.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Deputado Alexandre Leite, só modificar como testemunha.

(Não identificado) - Ela não é testemunha.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Pode ser como convidada para prestar informações.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Isso, convidada.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sim. Não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Isso, convidada para prestar informações.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sim, não há problema nenhum. Não precisa incendiar o debate depois.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - O autor, apenas fazendo as alterações, usando a palavra “testemunha”, mudando “convocado” para “convite”.

(Não identificado) - Sim, acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Em votação o bloco de todos os requerimentos.

Todos os Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados todos os requerimentos. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem, apenas complementar. Eu não sei se eu entendi direito quando V.Exa. proferiu a sua decisão quanto a quem for convidado por acordo e não comparecer. Ele vai ser convocado posteriormente? Isso vai ser uma regra? Como a Comissão vai lidar com isso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Isso... O requerimento vai de cada Parlamentar autor que não se sentir representando pelo fato de o convite, a pessoa ter comparecido...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Mas isso vai ser um pacto acordado com a Comissão: aprovar quem não vier convidado ou vai ser deliberativo de cada Deputado, apresentar e ter que brigar novamente pelo mesmo requerimento, com o mesmo objeto?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado Alexandre Leite, eu tenho certeza de que a partir do momento em que essas pessoas receberem o convite e não vierem, fica bem lógico e claro que acabarão recebendo esses requerimentos de convocação. Isso será da Comissão e virá mais uma vez para aprovação aqui no nosso Plenário.

Temos agora um requerimento extrapauta, do Deputado Daniel Coelho, com apoio de um terço dos Deputados desta Comissão, dez Deputados, que “*requer seja*



submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite à Sra. Maria Júlia Coutinho para prestar informações”.

Com a palavra o Deputado Daniel Coelho, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Eu apenas queria agradecer aos Deputados que assinaram o requerimento. No caso, eu acho que é importante nós usarmos esse exemplo de racismo na Internet.

Na discussão nesta CPI, eu acho que um crime que, com certeza, ninguém neste plenário nem nesta Casa aceita é o crime de racismo, seja ele no mundo real ou no mundo virtual.

Então, eu acho que o exemplo da jornalista precisa ser divulgado em todo o País. Nós precisamos punir severamente quem comete ato de racismo, seja na Internet ou fora dela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Vou pedir subscrição à Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Mariana Carvalho) - Também subscrito pela Deputada Alice Portugal.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Só para esclarecer, Sra. Presidente.

Eu já tinha feito contato com o pessoal da direção da *Rede Globo* pedindo a liberação para que ela viesse aqui. Eles me responderam que já encaminharam para a direção do Rio de Janeiro e estão aguardando... Então, eu gostaria de registrar que eu só não entrei com o requerimento porque eu estava aguardando a confirmação da Rede Globo.

Eu queria, além de subscrever, registrar isso aí.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Então, também com a subscrição o Deputado Celso Jacob, Deputada Conceição e Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Vamos realizar essa votação nominal, pelo fato de ser também um requerimento extrapauta.

Então, solicito que todos os Deputados permaneçam aqui, nesta CPI, para votação nominal.



Já está aberta a votação. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Sr. Presidente, posso registrar a orientação dos partidos “sim”, por consenso? Apenas para deixar o registro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Todos concordam? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sra. Presidente, em nossa última audiência pública com a presença das empresas, nós fizemos a solicitação de informações sobre os recibos que eles ficaram de nos fornecer. Não sei se V.Exa. vai encaminhar ofício pedindo as informações.

Gostaria só desse esclarecimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado Sandro Alex, vamos fazer essa discussão hoje com a Mesa, aqui, para resolver qual o melhor caminho para nós podermos ter os resultados dessas empresas.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Todos votaram?

Deputado Alexandre Leite, pedi para permanecerem, porque era apenas a votação de inclusão do requerimento.

Vamos votar agora o requerimento. A última votação. *(Pausa.)*

Todos já votaram?

Encerrada a votação. *(Pausa.)*

Votaram “sim” 15 Deputados.

Aprovada a inclusão do requerimento.

Vamos à votação do requerimento, também de forma nominal.

Requerimento que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário o convite à Sra. Maria Júlia Coutinho, para prestar informações”*.

Em votação.

Aproveito só para responder também à Deputada Alice Portugal.

A Mesa se reunirá com os nossos Relatores e Sub-Relatores para marcar um horário para uma reunião extrapauta, com todos os Deputados desta Comissão, para entrarmos em acordo com relação a todas as discussões de requerimentos.

Iniciada a votação.



O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Deputada, eu vou encaminhar para a Presidência o *e-mail* que eu já enviei para a *Globo* e a resposta deles... O *e-mail* e a resposta, só para dar prosseguimento ao convite a ela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Deputado Celso.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Quero aproveitar a oportunidade para agradecer e parabenizar a nossa Presidenta Mariana Carvalho pela decisão de fazer essas reuniões exatamente para organizarmos melhor os procedimentos da CPI, que até agora já é um sucesso. As duas audiências públicas foram de muito sucesso, muito instrutivas do ponto de vista daquilo que nós queremos construir nesta CPI.

Eu queria parabenizá-la neste momento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Todos os Deputados já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, com 15 votos favoráveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião de audiência pública para a próxima quinta-feira, 3 setembro, às 9h30min, em plenário a ser informado por meio das caixas de *e-mail* institucional dos gabinetes e Lideranças.

Está encerrada a reunião.